

Capitalismo Carcerário - notas sobre o livro da abolicionista penal Jackie Wang

Bruno Xavier Martins⁴

Introdução

A publicação do livro *Capitalismo Carcerário*, que chega ao Brasil por meio do Editorial Igrá Kniga, traz para o português os primeiros textos da autora. *Jackie Wang* é abolicionista penal, poeta e pesquisadora de Estudos Africanos e Afro-americanos na Universidade de Harvard, onde se especializou na investigação sobre raça e a economia política da polícia e das prisões nos EUA.

O livro, que se encontra em pré-venda por meio de uma campanha de **financiamento colaborativo (para apoiar o projeto e garantir o seu livro, clique aqui: <https://benfeitoria.com/capitalismocarcerario>)**, faz a atualização das dimensões raciais, econômicas, políticas, jurídicas e tecnológicas do problema do encarceramento em massa nos EUA.⁵ Ele é composto por sete ensaios que analisam, entre outras coisas, as transformações no controle biopolítico de jovens infratores a partir da década de 1990, com a consequente adoção da prisão perpétua para menores de idade; a formação de um mercado racializado de dívidas *subprime* que promoveu a despossessão da população negra nos EUA; a formatação de um esquema oficial da polícia e da justiça

4 Mestre em Geografia Humana pela USP, graduou-se em Geografia pela USP e Economia pela PUC-SP. Traduziu o livro *Capitalismo Carcerário*. Email para contato: bruno_x_martins@hotmail.com.

5 O livro *Capitalismo Carcerário* ficará em pré-venda no site acima até o dia 21/12/21. Após essa data, e até o dia de sua publicação, será possível reservar o seu exemplar no site: <https://www.igrakniga.com/publicacoes>.

criminal que prende e arrecada dinheiro da população pobre, com o intuito de resolver o déficit fiscal dos municípios após a crise de 2008; o desenvolvimento e aplicação de tecnologias preditivas e algorítmicas no policiamento, que afetam mais diretamente a população negra; e um debate poético sobre as possibilidades imaginativas do abolicionismo penal.

O livro de Jackie Wang dá início à coleção "Raça e Capitalismo", uma série de traduções que relaciona as transformações do capitalismo ao *continuum carcerário* racializado na história dos EUA. O segundo livro da coleção (que virá ao público ao final de 2022, também pela Igrá Kniga) é o clássico *Golden Gulag*, da geógrafa e abolicionista Ruth Gilmore.

O objetivo do texto abaixo é apresentar ao leitor interessado na temática do livro *Capitalismo Carcerário* uma espécie de “índice comentado”.⁶

A longa introdução de *Capitalismo Carcerário* tem dois objetivos. Primeiro, criar um fio condutor entre os sete ensaios do livro enquanto ainda permite que cada texto mantenha a potência que originalmente lhe trouxe vida. Segundo, expor o cruzamento que existe entre a história de vida da autora e a conformação da estrutura de encarceramento nos EUA. O fato autobiográfico que está por trás de todo o projeto é a pena de prisão perpétua de seu irmão, quando ainda era menor de idade. É a partir daí, e da observação dos efeitos que a crise de 2008 gerou sobre a carceralidade nos EUA, que Jackie Wang se posiciona criticamente no debate atual.

Ao apresentar os diversos debates teóricos, ela busca atualizar a análise do capitalismo racial para o contexto contemporâneo. De um lado, autores como Michael C. Dawson

⁶ Para ler o texto completo, com comentários sobre todos os ensaios, acesse <https://diplomatie.org.br/comentarios-sobre-o-livro-da-abolicionista-penal-jackie-wang/>.

focam na questão da exploração do trabalho e na expropriação sobre a população negra para definir as clivagens sociais postas pelo racismo. De outro, afropessimistas como Frank Wilderson e Saidiya Hartman acreditam que a análise do capitalismo racial deve passar pela consideração da “violência gratuita” como uma característica definidora do racismo antinegro. Ela, entretanto, se coloca entre essas duas correntes, mobilizando teoricamente o eixo principal de cada uma delas:

Neste livro, sustento que a racialização do negro se dá, ao mesmo tempo, por meio da lógica da descartabilidade e da exploração. Enquanto analiso como o governo e as instituições financeiras se utilizam de mecanismos de extorsão, desenhados para pilhar os estadunidenses negros, também estou ciente de que esse caminho de pensamento pode levar ao entendimento de que o racismo é racional, já que, dessa maneira, ele pode ser reduzido a um conjunto de determinantes econômicas ou à motivação pelo lucro. Uma análise pelo determinismo econômico apenas faria encobrir e suavizar a brutalidade crua do racismo estadunidense. Para os afropessimistas, não é a esfera econômica que forma a "base" da qual emerge a "superestrutura" da sociedade civil, da política e da cultura, mas a violência antinegro é que possibilita e se torna uma necessidade para o capitalismo global, a liberdade, a sociedade civil e a vida comunitária de sujeitos brancos (e não negros). Em suma, a violência antinegro não é um desvio dos supostos valores liberais estadunidenses de igualdade, multiculturalismo e liberdade – ela é a fundação sobre a qual os Estados Unidos foram erguidos. [...] Em vez de focar no âmbito da produção, analisando como o racismo opera por meio da diferenciação salarial, este trabalho tenta identificar e analisar o que eu considero as duas principais modalidades do capitalismo racial contemporâneo: o empréstimo predatório e a governança parasitária. Essas formas de governança e as práticas econômicas racializadas estão conectadas na medida em que ambas surgem para protelar, temporariamente, as crises geradas pelo capital financeiro. Assim, o título deste livro, *Capitalismo Carcerário*, não é uma tentativa de postular a carceralidade como um efeito do capitalismo, mas de pensar sobre o *continuum* carcerário que existe ao lado e coincidente à dinâmica do capitalismo tardio. (WANG, 2021 no prelo)

Acumulação Racializada por Despossessão na Era do Capital Financeiro

No ensaio que abre o livro, Jackie Wang parte das discussões sobre acumulação primitiva em Marx, e desdobradas posteriormente em Rosa Luxemburgo e David Harvey, para elaborar a concepção de um *continuum* histórico dos processos de despossessão negra nos EUA. Em oposição à ideia de uma violência que teria acontecido “antes” do capitalismo, submetendo todos à condição de trabalhadores assalariados, Wang diz que a racialização do negro serve como um processo perene de diferenciação, uma fronteira de expansão interna constantemente posta a serviço da reprodução do capital:

A racialização do negro, portanto, é a característica que torna os sujeitos ajustados à hiperexploração e expropriação, de um lado, e à aniquilação, de outro. Antes da era neoliberal, a ordem racial foi sustentada pelo Estado e as distinções raciais eram aplicadas por meio de códigos de lei, da segregação do Jim Crow e de outros arranjos formais. No contexto contemporâneo, embora o regime jurídico subjacente à ordem racial tenha sido desmantelado, a raça manteve seu caráter duplo, que consiste não “apenas em uma atribuição probabilística de valor econômico relativo, mas também num indicador de vulnerabilidade diferencial à violência estatal”. Em outras palavras, vulnerabilidade à hiperexploração e à expropriação no campo econômico, e à morte prematura nos campos político e social (WANG, 2021 no prelo).

Entre as décadas de 1930 e 1970, quando há a suburbanização da população branca, os negros são barrados das linhas de crédito que permitiam a forma mais comum do acúmulo de riqueza: a casa própria. Estigmatizados em bairros classificados pelas agências de empréstimos como “zonas de risco”, os negros terminam o século passado excluídos do acesso ao crédito e, assim, da propriedade. Foi só a partir da bolha financeiro/imobiliária, que culminaria na crise de 2008, e da transformação dos chamados “mutuários de risco” em ativos

atrativos para o mercado, que a população negra ganha acesso ao crédito. Isso, porém, não acontece sem contradições:

Nos anos que antecederam a quebra do mercado imobiliário de 2008, os mutuários negros e latinos que intencionavam comprar casas, tornaram-se alvos de empréstimos hipotecários *subprime* por parte das instituições de crédito – movimento esse que delimita uma mudança da *exclusão financeira* para a *expropriação via inclusão financeira*. Essa transição foi facilitada pelo apoio de soluções “de mercado” para os problemas estruturais: em particular, a crença na ideia de que a distância racial da riqueza poderia ser extinta através da expansão do acesso ao crédito. No entanto, esses empréstimos não foram projetados para que os mutuários pretos e pardos se tornassem proprietários; eles serviram como uma forma de converter o risco em fonte de receita, a partir de uma arquitetura financeira na qual os mutuários acabassem despossuídos de suas casas (WANG, 2021 no prelo).

Na origem da crise de 2008, portanto, está a associação entre negritude e risco e sua conseqüente transformação em ativo financeiro com taxas de juros flutuantes que levariam seus mutuários, necessariamente, à inadimplência. Assim, para Wang, a crise não está meramente no estouro da bolha, mas já se vê refletida nos mecanismos financeiros racistas anteriores a ele, que tiveram na falsificação de contas, sobretaxas fraudulentas e taxas de juros abusivas sua principal fonte de receita.

Não bastasse o assédio das instituições financeiras sobre a população negra e pobre dos EUA, a polícia, a partir de 2008, passa a cumprir um papel que visa resolver os problemas gerados pela quebra da bolsa. Devido ao colapso do setor imobiliário, as fontes de arrecadação dos estados e municípios despencam e estes entes federativos passam a depender da geração de receita vinda dos mecanismos de repressão da polícia e do sistema jurídico para cobrir os rombos fiscais. A relação entre a crise orçamentária dos estados e municípios e o

aprofundamento da repressão policial sobre essa população é tema do próximo capítulo.

Policiamento como pilhagem: Notas sobre as Finanças Municipais e a Economia Política das Taxas e Multas

Em setembro de 2015, o juiz Marvin Wiggins, do condado de Perry, estado do Alabama, discursou em um tribunal abarrotado de pessoas que deviam taxas ou multas: ‘Bom dia, senhoras e senhores’ [...] ‘Para vossa consideração, há um posto de coleta de sangue lá fora. Se você não tem dinheiro, vá lá, doe seu sangue e traga de volta o comprovante da doação.’ [...] ‘o xerife [tinha] algemas suficientes’ para aqueles que não quisessem doar sangue e não pudessem pagar as taxas e multas pelas quais estavam sendo cobrados. [...] Em troca da doação, eles ‘receberiam um crédito de US\$ 100 para descontar de suas multas’ (WANG, 2021 no prelo).

Em outra ocasião, um homem que cumpria a liberdade condicional e tinha que pagar pelos serviços privados ligados a ela, como o aluguel da tornozeleira eletrônica, por exemplo, Wang afirma que a venda do plasma sanguíneo era sua única fonte de renda. Ele, entretanto, observa:

Você pode doar plasma duas vezes por semana, desde que esteja fisicamente saudável. Eu doei todo o plasma que pude, peguei esse dinheiro e joguei na tornozeleira’. Barrett, que passou a deixar de comer para pagar suas dívidas, acabou se tornando inapto à doação do plasma, pois seus níveis de proteína estavam muito baixos. Depois que sua dívida com a Sentinel extrapolou os US\$ 1.000, a empresa obteve um mandado e Barrett foi enviado à prisão por não pagá-la (WANG, 2021 no prelo).

Essa relação *vampiresca* do sistema judiciário com a população é a caricatura de um problema social mais amplo que vem atingindo os EUA. Quando o mercado imobiliário entrou em colapso em 2008, os governos locais perderam uma parcela substancial de um de seus principais fluxos de receita: o imposto

sobre a propriedade. Algumas das cidades viram suas arrecadações caírem em mais de 40%. Até a publicação do livro, em 2018, a soma dos títulos das dívidas municipais nos EUA já ultrapassava os U\$S 3,7 trilhões. Wang, assim, resume o processo: “o colapso do mercado imobiliário gerou uma crise econômica global que levou à perda de receita dos municípios, catalisando a criação de esquemas fiscais municipais que passaram a se utilizar da polícia para pilhar os moradores.”

Ao contrário de outros serviços públicos (como educação, saúde, moradia), que se viram obrigados a entrar num regime ainda mais austero frente ao rombo orçamentário deixado pela crise de 2008, a polícia, nesse “novo regime fiscal”, vem assumindo o papel de geradora de receita direta, o que garante que seus departamentos não sofram demissões quando há déficit na receita fiscal. Em suma, o equilíbrio do orçamento público vem dependendo da capacidade de usar o poder de polícia e o sistema judiciário para saquear os moradores através da cobrança de taxas e multas, principalmente daqueles que vivem em bairros pobres e de maioria negra.

Em Ferguson, palco das revoltas antirracistas de 2014 após a Justiça resolver não indiciar o policial Darren Wilson pelo assassinato de Michael Brown, uma investigação feita no Departamento de Polícia da cidade revelou que as missões, locais e horários de patrulhamento estavam sendo ajustados em função da capacidade de aplicação de multas no maior número possível de pessoas. Após a investigação, também foi observado que as avaliações e promoções dos agentes estavam diretamente condicionadas a sua capacidade de geração de receita a partir dessas práticas predatórias da polícia. Mais de 20% de todo orçamento de Ferguson já havia se rendido a esse esquema oficial de pilhagem.

Wang mostra como esse vem sendo o modelo em diversos municípios dos EUA. Ela recorre ao exemplo histórico da falência da cidade de Nova York nos anos 1970 e traz para o debate Marx, Harvey, Kirkpatrick e outros teóricos que discutem o capital portador de juros e o papel do Estado nos orçamentos públicos para entender a quebra de Detroit e Ferguson nos dias atuais. Com a financeirização das práticas contábeis do setor público, que busca alcançar um maior rendimento com juros mais altos em ativos de risco, os mecanismos especulativos da economia de cassino foram injetados nos governos. Assim, sempre que uma crise fiscal é declarada, impõe-se sobre a governança um estado de exceção político e financeiro, com a perda da autoridade por parte dos funcionários eleitos e sua transferência para os chamados *Emergency Managers*, que visam garantir a remuneração dos ativos através de práticas austeras do governo, de um lado, e da geração de receita a partir da polícia e do sistema criminal sobre os moradores, de outro. Tamanha é a simbiose entre as necessidades do mercado e o funcionamento da polícia, que após as investigações sobre o Departamento de Polícia de Ferguson revelarem esses mecanismos predatórios da polícia, os títulos públicos da cidade foram rebaixados pela agência Moody's para a categoria "lixo", com a declarada justificativa de que isso havia ocorrido devido à "diminuição das principais fontes de receita geradas a partir de taxas e multas". Na esteira da crise de 2008, é importante analisar a esfera financeira não apenas como um setor "improdutivo", fora da economia "real", mas como um campo sobre o qual se dá a "acumulação por despossessão" sobre as comunidades negras a mando do Estado.

Referências Bibliográficas

WANG, Jackie. **Capitalismo Carcerário**. São Paulo: Editorial Igrá Kniga, 2021. No prelo.